

As mulheres do sector informal. Experiências da Guiné-Bissau

de Patricia Gomes*



Introdução

A República da Guiné-Bissau, independente desde Setembro de 1974¹, conheceu um percurso histórico político difícil, sobretudo nas últimas três décadas. Após o golpe de estado de 1980, cuja imediata consequência foi a ruptura do projecto histórico de unidade entre a Guiné-Bissau e Cabo-Verde, abriu-se uma nova época de “contrastes entre diversas etnias”². Os anos oitenta foram marcados, por um lado, por um “fermentar da actividade política”, ainda que o PAIGC, partido no poder, se tivesse mantido como força dominante e, por outro, pelo início de um processo de liberalização económica. Em Agosto de 1986, o Governo guineense aboliu as primeiras restrições comerciais e o IV Congresso do P.A.I.G.C., reunido em Novembro do mesmo ano, introduziu algumas normas que reduziram em boa parte o controlo do Estado sobre a economia e o comércio e aumentou consideravelmente a possibilidade de investimento estrangeiro³. O Programa de Ajustamento Estrutural (PAE), adoptado pelo governo guineense a partir de 1987, não atingiu os resultados esperados. O programa não levou em conta o contexto socioeconómico no qual se

* Investigadora de história e instituições da África moderna e contemporânea no *Dipartimento Storico Politico Internazionale dell’Età Moderna e Contemporanea*, Universidade de Cagliari, Itália.

* Agradeço a preciosa colaboração da senhora Fátima Câmara de Barros, presidente da Associação das Mulheres de Actividade Económica (AMAE) pelo apoio na disponibilização dos dados das associadas entrevistadas em Bissau em Abril de 2008; a colaboração da Senhora Francisca Vaz Turpin, presidente da Cooperativa de Poupança e Crédito Bambaram, pela entrevista concedida; e das representantes das associações femininas (Associação das Mulheres Peixeiras, Associação das Mulheres Revendedeiras de Peixe, Associação das Mulheres Tintureiras de Bissau, Associação das Mulheres Revendedeiras do Mercado de Clelé), pela disponibilidade demonstrada no preenchimento dos questionários, elementos que se demonstraram fundamentais para a realização da pesquisa. Agradeço enfim o doutor Mamadu Jao, Director do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa de Bissau (INEP), pelo apoio durante a fase da pesquisa bibliográfica e documental realizada sobretudo no INEP.

¹ A Guiné-Bissau obteve a independência nacional a 24 de Setembro de 1973, declarada por via unilateral, nas matas do Boé (sul do país). Viria a ser reconhecida por Portugal sómente um ano mais tarde. Sobre a descolonização e o processo de independência da Guiné-Bissau veja-se MACQUEEN, Norrie: *A descolonização da Africa Portuguesa*. Editorial Inquérito. Mem-Martins, 1998, em particular pp.37-65 e 129-142.

² O golpe militar de 14 de Novembro de 1980, conhecido por *Movimento Reajustador*, foi o resultado de uma situação política tida como insustentável que se vinha arrastando desde a última fase da luta de libeertação. Contribuíram para a ruptura entre os dois países alguns factores determinantes, dentre os quais: deterioramento das condições de vida dos guineenses; confronto com um P.A.I.G.C. cujas estruturas se tinham cristalizado em torno da concepção de um contra poder, base da criação de um novo Estado; da ausência de um debate político no seio das estruturas do partido e o consequente afastamento das bases; enfim, o insustentável projecto da unidade Guiné/Cabo-Verde a duas velocidades. O aumento das contradições e das posições extremas provocou uma fractura entre a burguesia intelectual caboverdiana responsável pela linha ideológica e programática do P.A.I.G.C., e a grande massa camponesa guineense, sustentáculo da força militar durante a guerra colonial. Por outro lado abriu-se uma nova fase de contrastes entre alguns grupos étnicos, representantes das forças armada e da elite política e administrativa, respectivamente. Após o *Movimento Reajustador*, muitos caboverdianos que residiam na Guiné-Bissau foram gradualmente afastados de cargos políticos. O mesmo aconteceu em relação às mulheres: mulheres caboverdianas que ocupavam postos de prestígio foram exoneradas dos seus cargos por motivos puramente políticos, mesmo se no contexto histórico da época tal “posição” fosse compreensível (veja-se GOMES, Patricia: “Guinea-Bissau e isole di Capo Verde: partecipazione femminile alla lotta politica”. CARCANGIU Bianca Maria (a cura di): *Donne e potere nel continente africano*. L’Harmattan Italia (ristampa corretta 2006). Torino, 2004, pp.192-244, em especial a entrevista a Paula Maria Fortes, pp.238-244).

³ Veja-se “Guinea Bissau”. *Africa South of the Sahara 2005 (35th edition)*. Rutledge. London, 2006, pp. 568-69.

inseriria, considerando que exigia para a sua realização condições socioeconómicas inexistentes na Guiné-Bissau. Sendo o mercado desorganizado, toda a sua funcionalidade repousou sobre mecanismos das leis desse mesmo mercado, cujo resultado foi a instauração da especulação⁴.

Entre as várias medidas do PAE implantadas na Guiné-Bissau, três iriam revelar-se especialmente importantes para a compreensão do crescimento exponencial do fenómeno da economia informal: a adopção de uma política fiscal restritiva, o que entre outras coisas implicou despedimentos dos funcionários públicos, a desvalorização dos salários públicos e redução dos investimentos nos sectores como a saúde e a educação; a liberalização dos preços, do comércio e dos mercados, o que significou o aumento das oportunidades de negócio; e a desvalorização da moeda nacional, cujo principal resultado foi o aumento dos preços dos produtos importados. A conjugação dos efeitos destas medidas teve como consequência a procura, por parte de um número sempre mais elevado da população, de estratégias alternativas de sobrevivência geralmente apoiadas em esquemas étnicos, comunitários e familiares. O PAE provocou uma deterioração geral do nível de vida dos guineenses, sobretudo nas zonas urbanas e incentivou novas actividades económicas de sobrevivência. A política da redução do pessoal agravou ulteriormente a situação salarial dos empregados da função pública. Se os baixos salários e os atrasos no pagamento já davam aos trabalhadores razões suficientes para procurarem outras fontes de receitas, esta política reforçou a crise no seio das famílias e pôs em causa as responsabilidades sociais dos homens chefes de família em relação ao próprio agregado familiar. O não cumprimento das responsabilidades familiares por parte dos chefes de família levou a que as mulheres se vissem “obrigadas” a ter de recorrer a outras actividades remunerativas a fim de garantir a sobrevivência do núcleo familiar. Um dos efeitos deste processo foi a crescente autonomia conquistada pelas mulheres nas praças⁵.

No actual contexto da globalização, acompanhado por importantes mudanças de tipo estrutural na dinâmica das instituições sociais e dos sujeitos económicos que intervêm no mercado mundial, a exigência de encontrar novos mecanismos aparece como uma necessidade fundamental dos países africanos, cujas economias são ainda bastante frágeis. Em tal contexto, a estratégia nacional da política do emprego na Guiné-Bissau definida num importante projecto financiado pelo PNUD⁶, apresentado em Março de 2002, constituiu a primeira grande iniciativa institucional dos últimos anos em relação à análise da situação das mulheres no mercado de trabalho, tendo considerado diversos aspectos (a incidência das reformas políticas de ajustamento sobre o emprego das mulheres, o investimento na educação e formação, a valorização do trabalho das mulheres e acções específicas em benefício das mulheres).

Após a guerra de 1998-99 e as novas eleições de 1999-2000, o país não conseguiu relançar o desenvolvimento. O apoio financeiro prometido e negociado em Genebra em Maio de 1999, durante o Governo Provisório de Francisco Fadul não foi disponibilizado, devido sobretudo à falta de desempenho por parte do governo guineense. A denúncia da difusão do fenómeno da corrupção no

⁴ Veja-se EMBALÓ, Filomena, “Os desafios do Programa de Ajustamento Estrutural”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.16, Bissau, Julho 1993, pp.51-72.

⁵ Veja-se HAVIK, Philip, “Relações de género e comércio: estratégias inovadoras de mulheres na Guiné-Bissau”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.19, Bissau, Janeiro 1995, pp.33-34.

⁶ O projecto “Apoio ao diálogo social e formulação de uma política nacional de emprego na Guiné-Bissau”, cujo principal financiador foi o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), permitiu realizar uma missão de formulação do “Documento quadro para uma política de emprego na Guiné-Bissau”. A missão teve lugar em Bissau, entre Junho e Agosto de 2001. O trabalho foi realizado sob a responsabilidade e com o apoio técnico da Organização Internacional do Trabalho, e contou com a participação de peritos internacionais e nacionais. O volume I (documento principal), faz um diagnóstico da situação macro económica da Guiné-Bissau, cuja evolução determinou a situação actual do emprego. O documento avalia os dispositivos de intervenção (económicos, financeiros e sociais) e os programas e projectos que tenham incidência no emprego considerado “decente”. Faz propostas relativas a algumas medidas prioritárias a curto e médio prazos, que possam favorecer a criação de emprego, tendo em conta os interesses de grupos específicos da população, tais como as mulheres e os jovens (para uma leitura completa sobre a situação geral do emprego na Guiné-Bissau veja-se Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Organização Internacional do Trabalho: *Documento quadro para uma política do emprego na Guiné-Bissau (vol.I-documento principal)*. http://ilo.law.cornell.edu/public/portugues/region/eurpro/lisbon/lisbon/download/gbs_emplo.pdf. Março 2002.

início do novo milénio, assim como o da “balantização” do governo, do exército e da função pública, suscitaram duras críticas às instituições do país⁷.

O processo de liberalização económica e a sucessiva abertura política tiveram importantes repercussões na vida económica e social das mulheres guineenses. Em 1992 foi criada em Bissau, a Associação das Mulheres de Actividade Económica - A.M.A.E, a primeira organização de mulheres de actividade económica criada em Bissau, cujo principal objectivo é a promoção e a valorização dos produtos agrícolas e artesanais, através do mecanismo da poupança e da solidariedade. O aumento contínuo das actividades económicas do sector informal e a necessidade de um mecanismo financeiro de apoio, levaria à criação em 2002 de uma instituição financeira não bancária, denominada “Bambaram”, cuja finalidade é a de arrecadar as poupanças das pequenas empresárias do sector informal para a concessão de crédito e a educação económica e social dos seus membros. Esta cooperativa nasceu graças à iniciativa de mulheres pertencentes à AMAE e a quatro associações do sector informal.

O presente estudo propõe-se analisar o fenómeno das redes femininas de solidariedade guineenses nos centros urbanos e a sua importância na sociedade actual, procurando entender os mecanismos de funcionamento e as repercussões económicas, sociais e culturais na sociedade. Para tal, foram utilizados como suporte um estudo de campo realizado em Bissau entre Março e Abril de 2008 (entrevistas e questionários efectuadas à responsável da cooperativa de poupança e crédito “Bambaram” e às representantes e associadas de quatro associações femininas de actividade económica afiliadas à cooperativa (Associação das Mulheres Peixeiras AMU-PEIXE, Associação das Mulheres Revendedeiras de Peixe MAVIP, Associação das Mulheres Tintureiras de Bissau DUA-DJABI, Associação das Mulheres Revendedeiras do Mercado de Clelé NUNCA-FALTA).

Caracterização da pobreza e da exclusão social

A Guiné-Bissau é um dos países da África subsahariana e do mundo com os mais baixos índices de desenvolvimento humano, estimado em 0,348 em 2003. Num universo de 177 países, encontra-se colocada no 172º lugar⁸.

Estima-se que dos 1.320.595 habitantes⁹, 764.672 vivem em agregados familiares pobres, representando 59,7% da população total. Significa que em cada três guineenses, dois são afectados pelo fenómeno da pobreza. No entanto, é importante salientar que as causas da pobreza neste país não são apenas as de ordem material e financeira, mas são também de ordem estrutural. As constantes escolhas inadequadas de políticas de desenvolvimento baseadas em abordagens *top down* e a gestão centralizada da máquina administrativa, unidos à falta de transparência na gestão dos recursos internos e das ajudas públicas e privadas ao desenvolvimento, à distância criada entre a elite dirigente e o resto da população e à ausência de movimentos de reivindicação e de grupos de pressão capazes de favorecer a participação dos cidadãos nas questões públicas, tiveram um impacto negativo na evolução do país e, conseqüentemente, contribuíram para a expansão da pobreza à escala nacional. Segundo o último relatório das Nações Unidas sobre a Guiné-Bissau¹⁰, o fenómeno da pobreza atinge sobretudo as mulheres. Como se pode ver no quadro abaixo, a análise da pobreza humana segundo o sexo e as regiões mostra que existem grandes desigualdades entre homens e mulheres, sendo a pobreza muito mais presente entre a população de sexo feminino.

⁷ Sobre o conflito de 7 de Junho de 1998-99 e as suas conseqüências veja-se MANÉ, Fodé Abulai, “O conflito político-militar de 7 de Junho de 1998: a crise de legitimação”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. Numero especial 7 de Junho, Bissau, Dezembro 2000, pp.67-86; CARDOSO, Leonardo, “A tragédia de Junho de 1998. Factos e comentarios”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. Número especial 7 de Junho, Bissau, Dezembro 2000, pp.125-152.

⁸ Veja-se Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Rapport mondial sur le developpement humain 2005*. www.undp.org

⁹ Dados do *Rapport national sur le developpement humain en Guinée-Bissau 2006*. www.gw.undp.org/rndhgw.pdf

¹⁰ Ivi, p.20.

Quadro-1: Pobreza Humana entre homens e mulheres (em %)

Regiões	IPH* para as mulheres	IPH para os homens
Bissau	35,0	30,6
Bafatá	64,4	51,9
Gábu	60,3	42,1
Cacheu	59,1	42,1
Oio	67,7	60,6
Biombo/Bolama	57,6	47,9
Quinara/Tombali	64,6	47,1
Guiné-Bissau	53,5	38,7

Fonte: PNUD, *Rapport national sur le développement humain en Guinée-Bissau 2006*, p.10.

*Índice de Pobreza Humana

Em relação à incidência da pobreza por regiões, nota-se que 60 a 65% dos indivíduos de sexo feminino atingidos pertencem às regiões de Gábu, Bafatá, Quinara e Tombali. Na região de Oio atinge os 67,7%. Estes números reflectem o baixo nível de instrução das mulheres relativamente aos homens, factor que explica a forte desigualdade de género e a presença de um elevado IPH entre os indivíduos. Entre as 764.672 pessoas consideradas pobres na Guiné-Bissau, 53,5% são do sexo feminino e 38,7% do sexo masculino. O fenómeno da pobreza atinge sobretudo as mulheres com idade entre os 15 e os 31 anos e para além dos 65 anos, o que significa que a faixa mais vulnerável é a das jovens e a das idosas¹¹. Por outro lado, tem-se verificado um aumento do fenómeno da pobreza extrema na Guiné-Bissau. Segundo um estudo realizado em 2006¹², constata-se que 245.965 indivíduos são abrangidos pela pobreza extrema, dos quais, 51% são mulheres e 49% são homens. Constata-se também que a pobreza extrema é muito mais alarmante nas zonas rurais do que nos centros urbanos. Nas zonas rurais afecta 11,5% da população, contra os 9,3% da população da cidade de Bissau¹³.

Quanto à exclusão social, ela refere-se “não so à ausência de poder económico ou material, mas tem que ver também com a ausência do poder de decisão, de influência ou de participação na vida da comunidade”¹⁴. As estatísticas nacionais e os diferentes estudos realizados revelam que a pobreza é mais acentuada no meio rural do que nas cidades, embora os laços comunitários assentes nas redes familiares e de vizinhança acabem por evitar a exclusão social absoluta. A situação de precariedade em que vive grande parte das populações rurais guineenses determina a exclusão e a marginalização. Por exemplo, o isolamento das populações do sul, condicionado pela grande precariedade dos meios de comunicação e das infraestruturas (sobretudo estradas), faz com que a região de Tombali, potencialmente rica em termos de recursos florestais, agrícolas e haliêuticos, se tenha transformado num caso dramático de “exclusão social”. Para além de as populações daquela região não poderem regularmente transportar e comercializar excedentes de produção (laranjas, banana, mangas, cola) para os mercados mais atractivos, sobretudo em Bissau, vêem-se desprovidas de hospitais, escolas, telecomunicações e bancos. Um outro exemplo é o do arquipélago dos Bijagós, onde a precariedade dos transportes fluviais relega os seus habitantes para o isolamento e, conseqüentemente, à exclusão.

¹¹ Ivi., p.11.

¹² HANDEM, Alfredo (coordenação): *O impacto da economia informal na redução da exclusão social e da pobreza nos PALOP e sua interacção com a protecção social. O caso da Guiné-Bissau*. INEP. Bissau, Janeiro 2006, p.5.

¹³ Veja-se *Documento de estratégia nacional de redução da pobreza*, Republica da Guiné-Bissau, Agosto 2004.

¹⁴ HANDEM, Alfredo (coordenação): *O impacto da economia informal na redução da exclusão social e da pobreza nos PALOP e sua interacção com a protecção social. O caso da Guiné-Bissau*., INEP. Bissau, Janeiro 2006, p.27.

O fenómeno da economia informal

Fruto das migrações e da urbanização acelerada pela qual passaram grande parte dos países em vias de desenvolvimento na década de setenta, o fenómeno do subemprego urbano surgiu como forma de ultrapassar as limitações impostas pelo desemprego e pelos baixos salários. Na Guiné-Bissau, a visão do sector informal como um fenómeno relativo à “livre iniciativa” consolidou-se em boa parte graças às mudanças de concepção das políticas de desenvolvimento económico no início dos anos oitenta, para as quais o FMI e o Banco Mundial contribuíram de forma decisiva. Em vez de macroprojectos nacionais que requeriam grande necessidade de planeamento, de investimento e de empréstimos, começou-se a desenhar, a partir desses anos, um modelo centrado nas pequenas iniciativas, como motor do desenvolvimento. Por essa razão, o sector informal teve um espaço importante nos programas de estabilização adoptados pelos organismos financeiros internacionais, porque a nova concepção de desenvolvimento elaborada nestes programas pressupôs a existência de um amplo sector social apto à livre iniciativa, conceito então privilegiado pelas medidas de liberalização lançadas por estes programas.

Apesar da sua inquestionável contribuição para a economia nacional, foi só a partir da década de oitenta (período que coincide com as reformas macroeconómicas e as medidas de liberalização), que o interesse em relação à questão da economia informal começou a ganhar contornos bem definidos. Foram importantes nesse sentido as pesquisas levadas a cabo pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa¹⁵, que deu o primeiro grande contributo científico ao tema. A base da estrutura económica do país sofreu uma profunda transformação, tendo passado de um modelo de economia de tipo socialista para um modelo liberal, onde as regras de jogo passaram a ser estabelecidas pelo mercado e não mais pelo Estado. Esta mudança teve um reflexo imediato no comportamento e na atitude dos agentes e dos operadores económicos, e não menos importante, nas estruturas das famílias, especialmente entre os jovens e as mulheres, nas cidades e nas zonas rurais. A possibilidade de poder criar e gerir negócios próprios e de poder actuar num ambiente onde o Estado não tem grande poder em termos de controlo fiscal, atraiu parte da população para as actividades comerciais e económicas. As ligações com os vizinhos Estados do Senegal e da Guiné-Conacri provocaram uma rápida expansão do comércio, abrindo novas oportunidades de negócio para essas camadas. Num país como a Guiné-Bissau, em que o Estado não consegue honrar os seus compromissos básicos, inclusive o pagamento regular dos salários e onde mais de 70% da população activa opera no sector informal, da qual a maior parte das famílias depende, directa ou indirectamente, a economia informal apresenta-se como a mais simples e a menos burocrática, contribuindo de forma decisiva para a resolução imediata dos problemas quotidianos de sobrevivência das populações como a alimentação, o emprego, a saúde e a escolaridade. Na opinião de Mamadu Jao, o que caracteriza a economia informal “é a não existência de registos, a sua mobilidade em termos de espaço físico e as mudanças no tipo de actividades praticadas em função da demanda do mercado, tornando, por isso, o seu controlo e seguimento por parte do Estado muito complicado”¹⁶. Sendo o sector informal constituído por actividades de baixo rendimento, na maior parte dos casos não cria mecanismos de protecção social e de luta contra a pobreza. Todavia, existem casos em que redes de solidariedade social (por afinidade étnica, de vizinhança,

¹⁵ São interessantes sobre este argumento os seguintes estudos: PADOVANI, Fernando, “O programa de Ajustamento na Guiné-Bissau e a discussão de um modelo”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.11, Bissau, Janeiro 1991, pp.55-64; TVEDTEN, Inger, “Programas de Ajustamento Estrutural e implicações locais: o caso dos pescadores artesanais na Guiné-Bissau”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.11, Bissau, Janeiro 1991, pp.65-80; ALVESSON, Magnus e ZEJAN, Mario, “Guiné-Bissau: o impacto do Programa de Ajustamento Estrutural sobre o bem estar dos pequenos proprietários rurais”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.11, Bissau, Janeiro 1991, pp.81-104; SABOURIN, Eric, “Reflexões sobre as dinâmicas associativas e comunitárias na Guiné-Bissau”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.6, Bissau, Julho 1988, pp.71-94; ATCHINGER, Gertrud, “Efeitos do Programa de Ajustamento Estrutural sobre as condições económicas e sociais das mulheres nas zonas rurais”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N. 14, Bissau, Julho 1992, pp.65-82.

¹⁶ Entrevista a Mamadu Jao (director do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa). HANDEM, Alfredo (coordenação): *O impacto da economia informal na redução da exclusão social e da pobreza nos PALOP e sua interacção com a protecção social. O caso da Guiné-Bissau*. INEP. Bissau, Janeiro 2006, pp.65.

comunitárias, de *mandjuandadi*¹⁷) desempenham um papel importante ao nível da segurança e da coesão social (créditos, sistema das *abotas*¹⁸, mutualistas). Por exemplo as redes de solidariedade denominada *societé* ou *tontine*¹⁹ da etnia Mancanha²⁰, em que os membros da *societé* fazem cotizações para financiar actividades de casamentos, cerimónias de falecimento e outros tipos de rituais, funcionam como verdadeiros mecanismos sociais de segurança. O sistema funciona com juros estabelecidos pela organização e aceites democraticamente, podendo variar em função da dimensão do crédito.

De acordo com o estudo sobre o impacto da economia informal na redução da pobreza e da exclusão social na Guiné-Bissau²¹, podem ser consideradas três categorias de actividades informais:

1. actividades que garantem a sobrevivência: são as predominantes da economia informal e com maior incidência no mundo rural. São geralmente consideradas actividades pré-empresariais, de subsistência e auto-emprego. Constituem uma importante fonte de recursos e rendimentos para as famílias, sobretudo nas áreas rurais e nos centros semi-urbanos. São praticadas em períodos sazonais, baseadas em técnicas tradicionais e mercados locais. Têm pouca ou quase nenhuma perspectiva de crescimento e são praticadas essencialmente por mulheres. São exemplos deste tipo de actividade a comercialização de produtos agrícolas sazonais e de aves domésticas;
2. micro-empresas: empregam normalmente poucos trabalhadores familiares aprendizes e por vezes um ou mais trabalhadores permanentes. São as chamadas actividades do sector informal “real”, pois misturam o tradicional e o moderno, mas com técnica rudimentar. Geralmente não têm acesso ao capital, têm competências limitadas e carecem de gestão profissional. Este tipo de actividade concentra-se sobretudo nas cidades, nos centros semi-urbanos e nos centros regionais. Algumas delas desenvolvem competências empresariais. Alguns exemplos de microempresas são as pequenas lojas de produtos alimentares, trabalhadores de metais, carpinteiros, alfaiates, mecânicos de automóveis e vários serviços de reparação (como rádios, televisores, carros, pneus);
3. pequenas e médias empresas: são as empresas que empregam geralmente mais de dez trabalhadores. Usam tecnologias modernas, pelo menos em alguns segmentos da produção ou da transformação. Os seus serviços podem ser simples ou complexos. Estão quase sempre à margem do sector formal e quase sempre são oficialmente registadas e pagam alguns impostos. Concentram-se geralmente nas cidades. Exemplos deste tipo de empresas são as empresas de transporte público (*toca-toca*), empresas de construção, pequenas empresas industriais de processamento, fábricas de venda de materiais.

As definições acima referidas devem ser consideradas como uma tentativa de compreender, de forma organizada, os diferentes níveis de actividade do sector informal não pretendendo certamente ser uma definição do conceito de economia informal. Existe uma grande sobreposição de actividades entre as categorias consideradas, assim como se verifica com relativa frequência a passagem de um nível para outro (neste caso retrocede-se de um nível mais “alto” para um nível

¹⁷ As *mandjuandadis* são grupos (redes) de solidariedade e de convivência social que funcionam na base da classe etária e de interesses comuns e de acordo com as normas predefinidas e aceites por todos os membros. São várias as formas de ajuda e apoios que existem no interior das *mandjuandadis*, desde a celebração de festas, casamentos, cerimónias, apoios em caso de doença, investimento em negócio, pequenos créditos. Este tipo de redes existe seja nas cidades seja nos campos.

¹⁸ As *abotas* são estruturas informais criadas entre trabalhadores da mesma empresa ou instituição, ou entre um grupo de amigos, ou ainda entre membros de uma determinada classe, bairro, etnia. A base das *abotas* são as cotizações mensais em dinheiro. O dinheiro recolhido é destinado a um dos membros em função da lista definida e aceite democraticamente, ou ainda em função de situações de urgência. Os membros da *abota* variam entre 5 a 10 pessoas. As actividades financiadas são geralmente a construção ou reparação de casas, casamento, início de negócio.

¹⁹ Sobre o sistema das *tontines* na África ocidental francófona veja-se LELART, M. (coordenação): *La Tontine: pratique informelle d'épargne et de crédit dans les pays en voie de développement*. AUPELEF et John Libbey Eurotext. Paris, 1990.

²⁰ Veja-se MOUSTIER, Paule e OLIVIER, David: *Sistèmes Maraichers Approvisionnement Bissau, enquête exploratoire*, CIRAD/Coopération Française. Paris, 1993.

²¹ HANDEM, Alfredo (coordenação): *O impacto da economia informal na redução da exclusão social e da pobreza nos PALOP e sua interacção com a protecção social. O caso da Guiné-Bissau*. INEP. Bissau, Janeiro 2006, pp.35-38.

mais “baixo”) e uma fraca mobilidade para o nível seguinte. Quadro-2: Síntese das principais categorias do sector informal.

Actividades de sobrevivência	Micro-empresas	Pequenas e Médias empresas
<ul style="list-style-type: none"> - ligadas à economia familiar - funcionam como auto-emprego (com ajuda dos membros da família) - activo fixo pequeno ou inexistente (cerca de 2 USD/dia) - uso de tecnologia tradicional - benefícios apenas para consumo familiar 	<ul style="list-style-type: none"> - ligadas à economia familiar, com tendência para a separação e a gestão dos rendimentos - pode empregar entre 5 a 10 trabalhadores (familiares e aprendizes) - activo fixo moderado (menos de 150 USD/mês) - tecnologia tradicional - benefícios para consumo e manutenção da empresa 	<ul style="list-style-type: none"> - separada da economia familiar e geradora de rendimentos - emprega geralmente mais de 10 trabalhadores - activo fixo superior a 1000 USD/mês - tecnologia quase moderna - benefícios usados para consumo, educação dos filhos normalmente no estrangeiro, reinvestimento na empresa

Fonte: *O impacto da economia informal na redução da exclusão social e da pobreza nos PALOP e sua interacção com a protecção social. O caso da Guiné-Bissau*, in Alfredo Handem (coordenação), INEP, Janeiro 2006, p.38.

O fenómeno da economia informal na Guiné-Bissau está hoje presente em todo o território e reflecte a resposta das camadas mais pobres das populações aos imperativos da vida quotidiana. No mundo rural, grande parte das actividades tem lugar nos chamados “lumis”, mercados (ou feiras) populares que se organizam semanalmente, onde os camponeses e os operadores do sector informal expõem os seus produtos para venda. Os “lumis” são uma espécie de instituição financeira com funções sociais importantes, pois para além das transacções comerciais que neles se desenvolvem, é onde muitas vezes os artistas fazem as suas exposições, onde os agentes da saúde passam as informações sobre campanhas de vacinação ou de prevenção de certas doenças, onde novas tecnologias são exibidas. Nos centros urbanos, os operadores do informal recorrem normalmente aos mercados que funcionam diariamente para desenvolverem os seus negócios. Os centros urbanos onde o sector informal prevalece são sobretudo Bissau e Gábu, embora existam outros centros em crescimento como Bafatá, Bula e Canchungo. Em Bissau, existem vários mercados informais, sendo o maior de todos eles o mercado de Bandim, considerado a maior *praça* comercial e financeira da Guiné, onde circula cerca de 1 milhão de dólares americanos por dia, em transacções comerciais e mercado cambial. O mercado central, no centro da capital, albergava, nos finais dos anos noventa, mais de 4 mil comerciantes, cobrindo indirectamente cerca de 50 mil famílias²².

Quanto à divisão social do trabalho por sexo no sector informal, existe uma tendência em separar o mercado de legumes, peixe, gelado, fruta e comida, dominado sobretudo pelas mulheres, e o mercado de roupas, música, material de construção e electrodomésticos, carne, transporte de mercadorias, oficinas mecânicas e mercado cambial dominado pelos homens. Todavia, devido à heterogeneidade das actividades, a fronteira que separa os dois “grupos” é bastante flexível, sendo possível encontrar hoje homens a vender peixe e mulheres a venderem peças de mecânica.

Quadro-3: Divisão social do trabalho por sexo no sector informal

Actividades desenvolvidas por mulheres	Actividades desenvolvidas por homens
comércio de legumes, de peixe, de fruta, de gelado e de comida	comércio de roupas, música, electrodomésticos, carne, transporte de mercadorias, mercado cambial, oficinas mecânicas

Fonte: elaborado pela autora

²² Dados do *Jornal Kansaré*, 22 de Fevereiro de 2006; veja-se também o estudo de campo realizado por LORENTZ Tim, CAMARA, Bailo, *Iniciativa Feira de Bandim*. INEP. 1997.

Os estudos realizados

A partir dos finais dos anos oitenta, o interesse das instituições nacionais e internacionais pelas questões relativas à condição da mulher aumentou significativamente. Em 1987 começaram a ser efectuados os primeiros estudos de campo sobre o impacto das actividades realizadas por mulheres na sociedade guineense. A este propósito, parece-nos importante referir alguns deles que mais contribuíram para o debate nacional e internacional sobre as várias problemáticas de género na Guiné-Bissau. O trabalho de Manuel Abrantes e Bente Topsoe-Jensen²³ sobre a avaliação do impacto de algumas actividades conduzidas pelas mulheres em algumas regiões do norte do país procurou analisar o grau de integração das mulheres de mais de 25 *tabancas*²⁴ nas associações rurais. Com base num projecto de formação e utilização de figuras “chefes de comunidade”, na criação de crédito agrícola e de pequenos centros para o acolhimento das crianças, o estudo procurou demonstrar de forma sucinta as enormes vantagens que se poderiam obter a nível da produtividade e da qualidade de vida da mulher nas zonas rurais do país com base nesse modelo. Em 1987, um outro interessante estudo foi realizado por Marianne Bull²⁵ sobre a situação económica e social das mulheres Manjacas (horticultoras) e Mandingas (productoras de arroz). A análise comparativa das experiências de vida das mulheres Mandingas e Manjacas (duas etnias com características económicas e sociais completamente distintas), permitiu compreender o papel das mulheres em contextos rurais específicos e a importância da adopção de pequenos projectos capazes de contribuir para a melhoria das condições de trabalho no campo (recolha de lenha, transporte de água, transformação do arroz e outros). O início dos anos noventa foi marcado por algumas pesquisas e trabalhos de campo importantes sobre a situação económica das mulheres guineenses e abriram novas perspectivas de estudos. Algumas delas concentraram-se no estudo de associações e cooperativas femininas relacionadas com o *empowerment*, o acesso ao crédito e às novas tecnologias e o comércio entre etnias. Por exemplo, segundo o estudo realizado por Philip Havik e Ulrich Schiefer em 1991²⁶, as mulheres das zonas rurais tendem a fazer parte de associações compostas por membros do mesmo grupo étnico, por ser mais fácil o acesso a apoios materiais e financeiros externos. Elas são geralmente bem integradas nas estruturas sociais tradicionais onde existe uma figura que as representa. O estudo explica como, graças às associações femininas, as mulheres vêm conseguindo melhorar e diversificar a produção agrícola assim como as actividades não agrícolas, obtendo grandes benefícios a nível familiar. Um outro aspecto de fundamental importância é a questão das migrações internas das mulheres por questões económicas. Em 1994, Ursula Funk e Rosemary Galli²⁷ analisaram o fenómeno do êxodo rural e as estratégias de sobrevivência adoptadas pelas mulheres nos finais dos anos oitenta, anos que marcaram a aplicação de programas de estabilização macro-económica e de ajustamento estrutural. Apesar do número considerável de projectos destinados a melhorar o estatuto da mulher e a sua produtividade, a maior parte das políticas adoptadas nesse período tenderam a considerar os homens como chefes de família, o que significou quase sempre excluir a maioria das mulheres do acesso à tecnologia, ao crédito e aos serviços. Estes aspectos, unidos ao aumento das horas de trabalho e à subnutrição, contribuíram para aumentar a vulnerabilidade das mulheres às doenças sexualmente transmissíveis. Em 1995, por ocasião da Conferência Mundial sobre a Mulher realizada em Pequim, o Comité

²³ ABRANTES, Manuel e TOPSOE-JENSEN Bente: *Avaliação do Impacto de Algumas Actividades Realizadas pelas Mulheres*. Bula. Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona I. Gabinete de Planeamento e Avaliação da Republica da Guiné-Bissau, 1987.

²⁴ Aldeias.

²⁵ BULL Marianne, *Situação das Mulheres Manjacas e Mandingas: Relatório de um Pequeno Estudo de Campo Realizado do em Duas Tabancas da Guiné-Bissau*. Instituto de Antropologia Social. Secção de Estudos do Desenvolvimento Universidade de Estocolmo, 1987, 60 pp.

²⁶ SCHIEFER, Ulrich e HAVIK, Philip: *Associações e Cooperativas na Guiné-Bissau: um Estudo Sócio-Económico e Cultural*. Estudo para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Bissau, COPIN, 1991, 66 pp.

²⁷ GALLI, Rosemary e FUNK, Ursula, “O ajustamento estrutural e género na Guiné-Bissau”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. N.16-17, Bissau, 1994, pp.235-254.

Nacional Técnico Preparatório produziu um relatório²⁸ no qual foram abordados vários temas sobre a real situação socioeconómica e política da mulher guineense. Este documento revelou-se fundamental para o conhecimento profundo da condição social, cultural, económica e política das mulheres.

Incidência das reformas e das políticas sociais no novo milénio

Uma das propostas avançadas pelo Documento quadro para uma política do emprego na Guiné-Bissau²⁹ foi o de investir no desenvolvimento humano através da instrução de base e da formação das mulheres. Apesar dos esforços efectuados nos últimos anos, a taxa de alfabetização das mulheres é ainda bastante baixa e persistem diferenças no acesso à educação. As razões que explicam o baixo nível de escolaridade das mulheres relativamente aos homens têm que ver com a visão tradicional da sociedade em relação ao papel da mulher no mercado de trabalho e na própria sociedade. A repartição do trabalho doméstico e agrícola, que desde sempre exerceu uma influência decisiva no momento da escolha quanto à escolarização dos filhos segundo uma perspectiva de género negativa, isto é, dando prioridade à educação dos rapazes sempre que os recursos não permitissem a educação de todos, foi um dos factores determinantes da condição social e cultural de inferioridade das mulheres em relação aos homens. Entre as medidas propostas que poderão melhorar o acesso das mulheres à educação incluem-se a redução dos encargos escolares suportados pelas famílias mais pobres, a adopção de medidas que incitem “as boas estudantes” a continuar os estudos, como também a realização de campanhas a favor da escolarização das jovens em estado de gravidez. Por outro lado, um dos aspectos importantes que o documento introduz é o da escolarização das mães. Tal estratégia tem como objectivo a redução da dependência das mães do trabalho efectuado pelas filhas, por um lado e, por outro, o aumento do nível de educação das mesmas. A formação profissional “não formal” da mulher constitui um outro aspecto importante da nova política adoptada, sendo uma via segura para a aquisição de competências e de qualificações mais elevadas, que a poderá projectar para o mercado de trabalho, em condições de igualdade em relação aos homens.

O alargamento das possibilidades de emprego para as mulheres e a melhoria do rendimento do seu trabalho e das condições de obtenção de um emprego passa pela implementação de diversas estratégias. As mulheres guineenses concentram-se nos sectores económicos de baixa produtividade, nomeadamente a produção alimentar e o pequeno comércio. Por essa razão, a estratégia de valorização do trabalho feminino deve, antes de mais, procurar favorecer a sua produtividade e estimular o investimento feminino em sectores de maior produtividade e de maior lucro como as culturas para comercialização e produtos manufacturados destinados à exportação. Para que tais objectivos possam ser alcançados, ter-se-á que se concentrar sobre temas que respondam às necessidades imediatas e que produzam benefícios a curto e médio prazos, tais como: educação, favorecendo a eliminação das desigualdades entre os sexos e aumentando a competitividade das mulheres no mercado de trabalho; implementação de programas que desenvolvam o espírito empresarial e que permitam o acesso ao crédito e aos serviços financeiros a favor das produtoras rurais e urbanas; reformas das estruturas políticas e legislativas, nomeadamente os regulamentos sobre o acesso à terra, ao crédito e à protecção social; adopção de estratégias que favoreçam o acesso das mulheres ao emprego remunerado no sector privado moderno; adopção de estratégias organizacionais que favoreçam a participação, a representação e o poder de negociação das mulheres a todos os níveis de decisão. Sendo o sector informal aquele que mais “emprega” as mulheres pelo baixo nível de formação e qualificação que geralmente apresentam, uma das acções prioritárias para o avanço da mulher seria criar condições para que possam ter acesso aos recursos financeiros e técnicos, através de algumas acções específicas tais

²⁸ Comité Técnico Nacional Preparatório para a Conferência Mundial sobre a Mulher. *Relatório nacional sobre a situação socioeconómica e política da mulher guineense*, Bissau. 1995.

²⁹ Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Organização Internacional do Trabalho: *Documento quadro para uma política do emprego na Guiné-Bissau (vol.I - documento principal)*. http://ilo.law.cornell.edu/public/portugues/region/eurpro/lisbon/lisbon/download/gbs_emplo.pdf. Março 2002, pp.56-58.

como a criação de incentivos para a implementação de programas de micro actividades nas zonas rurais destinadas especificamente à mão-de-obra feminina, a promoção de acções em favor das mulheres “chefes de família” nas zonas urbanas periféricas, sobretudo em Bissau, e a melhoria do ambiente de negócios e investimento do sector privado no que diz respeito ao emprego e iniciativas das mulheres.

A experiência da cooperativa Bambaram: um estudo de campo

O início dos anos noventa foi marcado por mudanças profundas a nível da organização das mulheres do sector informal e da mentalidade geral da sociedade guineense. A criação da Associação da Mulheres de Actividade Económica (AMAE) em 1992, em Bissau, constituiu o primeiro grande passo em termos da organização do trabalho das mulheres do sector informal. Mulheres comerciantes, agricultoras e pescadoras tinham finalmente decidido que chegara a hora de se juntarem e de criarem uma organização capaz de dar resposta às inúmeras dificuldades e necessidades com que as mulheres se deparavam no seu quotidiano. Foi nesse espírito que a AMAE foi criada e foi graças à dinâmica conquistada nos primeiros anos que se realizou, em Agosto de 1996 a primeira feira nacional de produtos agrícolas e artesanais, produzidos e comercializados pelas mulheres.

Em 2002, as mulheres guineenses surpreenderam novamente o país protagonizando a criação de uma instituição financeira não-bancária, denominada Bambaram³⁰. A cooperativa Bambaram, da qual fazem parte quatro associações representativas do sector informal guineense³¹, nasceu da necessidade de dar uma resposta concreta ao problema da pobreza feminina na Guiné-Bissau, pois como afirma a sua presidente, “o porquê do nascimento é justificado por a Guiné-Bissau, no universo de 177 países abrangidos pelo Relatório sobre o desenvolvimento Humano do PNUD de 2000, ter sido classificado no 168º posto, com um índice de desenvolvimento de 0,343, contra a média de 0,456 da Africa subsahariana. O rendimento per capita em 2000 era de 180 dolares americanos. Com uma dívida externa oficial cujo encargo é tres vezes mais pesado que o produto interno bruto, o país é um dos mais endividados do mundo (...). Por tudo isso, contamos, através deste projecto, ajudar a diminuir a pobreza promovendo as mulheres e permitindo-lhes elevar as suas condições de vida, com progressão rumo a um desenvolvimento durável e sustentável”³². O baixo nível de intervenção das “pequenas empresárias” do sector informal na economia nacional, a existência de um único banco comercial no país e a consequente inoperacionalidade da “pesada” burocracia, sobretudo a excessiva demora dos serviços em dar resposta às solicitações dos pequenos empresários, para além do elevado montante exigido para a abertura de uma conta, constituem estrangulamentos ao tecido empresarial nacional, em particular aos pequenos empresários e às mulheres em especial. Inicialmente com 158 sócias, a cooperativa Bambaram conta hoje com 365 sócias. O seu maior parceiro financeiro, desde a sua criação é a agência americana para o desenvolvimento internacional USAID³³ que concedeu o primeiro empréstimo para um fundo rotativo no valor de 12.500.000,00 francos CFA³⁴. As actividades desenvolvidas pelas mulheres são as mais variadas: peixeiras, costureiras, tintureiras, horticultoras, comerciantes dos mercados hortifruticulos, transformadoras de frutas, de castanha de caju, de sal, pescadoras de camarão. A cooperativa propôs-se como principal objectivo a luta contra a pobreza e o sudesenvolvimento da Guiné-Bissau, procurando beneficiar as mulheres³⁵. Para tal, defeniui como finalidade “arrecadar as poupanças das pequenas empresárias do sector informal para a concessão de crédito e educação

³⁰ O nome Bambaram significa em crioulo o pano com que as mulheres aconchegam os próprios filhos às costas e como afirma Francisca Vaz Turpin, “partimos do princípio que as nossas mulheres devem ser aconchegadas e apoiadas, por isso a escolha desse nome (veja-se entrevista a Francisca Vaz Turpin, presidente da cooperativa de poupança e crédito Bambaram, apendice-1; a partir deste momento será citado apenas o nome).

³¹ AMU-PEIXE, associação das mulheres peixeiras; NUNCA-FALTA, associação das mulheres revendedeiras do mercado de Clelé; MA VIP, associação das mulheres revendedeiras de peixe; DUA-DJABI, associação das mulheres tintureiras de Bissau.

³² Entrevista a Francisca Vaz Turpin.

³³ *United States Aid for International Development*

³⁴ Veja-se *Curriculum do Bambaram*.

³⁵ Veja-se *Curriculum do Bambaram*.

económica e social dos seus membros”³⁶. Graças ao contactos realizados com diversos especialistas do mundo das microfinanças e à colaboração com organizações de mulheres de outros estados africanos com mais experiência no sector, como o Ghana, o Gambia e o Quênia, a cooperativa Bambaram estabeleceu um modelo de funcionamento baseado em grupos de mulheres com 3 a 10 pessoas, constituído por mulheres que trabalham juntas, com confiança mútua, que pertencem ao mesmo grupo de “abota” e que já possuem experiência de poupança. Este modelo, já praticado em zonas rurais de vários países da Africa subsahariana, demonstrou-se eficaz nas zonas urbanas da Guiné-Bissau. O mecanismo adoptado pelas associações afiliadas à cooperativa é o da “abota”, ou seja, uma estrutura informal criada de forma espontânea por um grupo de pessoas, que funciona como uma espécie de banco de poupança, em que as poupanças recolhidas num mês são atribuídas a um dos membros, de forma rotativa, em função de uma lista acordada e aceite.

A cooperativa funciona através dos seus órgãos. São eles a assembleia geral, o conselho de administração, o conselho de crédito e o conselho fiscal³⁷. A assembleia geral é o órgão máximo da organização, constituída por todos os membros e responsável pela boa administração e funcionamento do Bambaram³⁸. Entre as suas tarefas, define a política de crédito e adopta o projecto de orçamento. A assembleia pode ser anual (reune-se anualmente), de sector (prevista pelo regulamento) ou extraordinária (sempre que solicitada por questões consideradas urgentes ou extremamente importantes). O conselho de administração é o órgão responsável pela boa gestão do Bambaram³⁹. É composto por cinco membros eleitos pela assembleia geral. Define a política da gestão dos recursos da organização e redige o relatório periódico das actividades. O conselho de crédito é o órgão responsável pela gestão do crédito da cooperativa, conforme as políticas definidas⁴⁰. É composto por cinco membros eleitos pela assembleia geral. O conselho fiscal é o órgão encarregue da fiscalização da regularidade das operações e do controle da gestão (verificar depósitos, inspecções, cumprimento das regras deontológicas e outras)⁴¹. Entre outras funções, recebe e responde às queixas feitas pelos membros ou aos membros da cooperativa.

O estudo efectuado teve por objecto a análise da “Cooperativa Bambaram”, tendo os seguintes objectivos:

objectivo geral:

1. analisar o fenómeno da economia informal nas zonas urbanas da Guiné-Bissau, através do estudo de caso das quatro associações que compoem a cooperativa;

objectivos específicos:

2. compreender a importância da contribuição das várias actividades para a melhoria das condições de vida das mulheres e das suas famílias nos centros urbanos;
3. conhecer a dimensão específica das associações, o tipo de actividades desenvolvidas, o grau de solidariedade existente entre elas;
4. conhecer a situação familiar das associadas, as horas dedicadas ao trabalho, quanto ganham em média, o grau de satisfação, papel no seio da família.

³⁶ Veja-se *Estatuto do Bambaram*, artigo 6º (objecto e operações).

³⁷ Veja-se *Estatuto do Bambaram*, artigo 22º (orgaos).

³⁸ Veja-se *Estatuto do Bambaram*, artigo 23º.

³⁹ Veja-se *Estatuto do Bambaram*, artigo 43º.

⁴⁰ Veja-se *Estatuto do Bambaram*, artigo 46º.

⁴¹ Veja-se *Estatuto do Bambaram*, artigo 50º.

Metodologia:

A metodologia utilizada no presente estudo baseou-se na recolha de informações através de duas abordagens: a primeira, uma investigação documental e bibliográfica através da qual foi consultada e analisada a literatura produzida sobre o tema. A segunda, baseada no uso de entrevistas e no recurso a questionários, permitiu a interação entre os entrevistados (actores ligados à economia informal) e o entrevistador (a autora) e uma maior aproximação e conhecimento das problemáticas das mulheres associadas através das conversas informais com as representantes das associações durante o preenchimento dos questionários (realizado com o suporte da autora). O método “djumbai”, ou seja, conversas informais num espaço privado ou num espaço aberto em contacto com a natureza, em que foi utilizado o crioulo como língua de trabalho, completou o método participativo de recolha das informações.

A análise comparativa dos dados recolhidos nos questionários permitiu relevar alguns aspectos importantes sobre o trabalho das mulheres, base para uma reflexão sobre as possíveis vantagens e/ou desvantagens a nível social, económico e cultural. Uma primeira comparação dos dados mostra que, entre as quatro associações, a que tem maior número de associadas é a das mulheres peixeiras, com 100 sócias, seguida da associação das mulheres tintureiras de Bissau, com 55 sócias. A associação das mulheres revendedeiras de peixe conta com apenas 30 sócias e a associação das revendedeiras do mercado de Clelé com 38 sócias.

Quadro-4: Número de sócias por associação, idade e estado civil

Associação	AMU-PEIXE- associação das mulheres peixeiras	MA VIP- associação das mulheres revend. peixe	NUNCA-FALTA- associação das mulheres revend. mercado Clelé	DUA-DJABI- associação das mulheres tintureiras de Bissau
Número sócias	100	30	38	55
Idade média	mais de 30 anos	50%-entre 20 e 30 anos; 50%-mais de 30 anos	mais de 30 anos	mais de 30 anos
Estado civil	casadas	casadas	+50% casadas resto solteiras	casadas

Fonte: elaborado pela autora-dados extraídos dos questionários

A associação que mais sócias tem entre as representadas é a AMU-PEIXE, a das peixeiras que vendem a grosso. A explicação de um maior número de mulheres nesta associação tem que ver com o facto de o peixe constituir uma das matérias primas mais comercializadas na Guiné-Bissau e a sua venda uma das actividades mais rentáveis e lucrativas. Das informações recolhidas, constata-se que as vendedeiras de peixe conseguem ganhar mais de 10.000 francos CFA por dia (15,2 euros), quantia que normalmente garante as necessidades primárias do dia-a-dia e da educação básica dos filhos. A segunda associação com maior número de sócias é a DUA-DJABI, das mulheres tintureiras, com 55 membros. Apesar do baixo número das sócias, a tendência é para o aumento, porque o mercado do artesanato é hoje um dos mais rentáveis do país e de toda a sub-região da África ocidental. De facto, as tintureiras ganham em média mais de 20.000 francos CFA por dia (30,4 euros), o que já é considerado bastante para a média geral, e gozam da vantagem de poderem participar regularmente nas feiras de artesanato da sub-região, para expôr e vender os seus produtos. A associação NUNCA-FALTA, das revendedeiras do mercado do Clelé conta com apenas 38 sócias e os lucros são geralmente entre 10.000 e 20.000 francos CFA, considerado relativamente baixo em relação à categoria das peixeiras, e a associação MA VIP, das revendedeiras de peixe, só tem 30 sócias, que geralmente ganham mais de 20.000 francos CFA por dia, considerado um bom “salário”

diário⁴². As mulheres associadas à cooperativa Bambaram são, de forma geral, casadas e com mais de trinta anos. São, portanto, mães e esposas, com responsabilidades familiares. Por outro lado, é interessante notar que na economia familiar são as mulheres que mais contribuem em termos financeiros graças às actividades informais por elas praticadas. Um outro dado relevante é o do crescimento, em todas as associações referidas, das mulheres “chefes de família”. Este fenómeno explica-se pelo facto de as mulheres trabalharem sempre mais fora de casa (apesar de se dedicarem a actividades informais menos remuneradas), conquistarem a própria autonomia económica e de contribuírem em maior medida para o bem-estar familiar.

Quadro-5: Relação entre tipo de actividade e horas de trabalho/dia

Associação	AMU-PEIXE -associação das mulheres peixeiras	MA VIP- associação das mulheres revend. peixe	NUNCA-FALTA- associação das mulheres revend. mercado Clelé	DUA-DJABI- associação das mulheres tintureiras de Bissau
Horas de trabalho/dia	de 10 a 15 horas/dia	de 10 a 15 horas/dia	8 horas/dia	8 horas/dia

Fonte: dados extraídos dos questionários

Quanto à relação entre o tipo de actividade desenvolvida e as horas de trabalho, existe uma clara diferença entre as mulheres que se dedicam à venda e revenda do peixe e as mulheres tintureiras e revendedeiras do mercado hortifruticó. No primeiro caso, as horas de trabalho variam entre 10 a 15 por dia, enquanto que no segundo caso as horas dedicadas ao trabalho são cerca de 8 por dia. As mulheres que se dedicam aos mercados de produtos alimentares fazem normalmente os horários de mercado (manha, 8-12) e tarde (14-18), assim como as tintureiras. As vendedeiras e revendedeiras de peixe trabalham mais horas por dia (10 a 15) pelo facto de terem que ir buscar a mercadoria aos pescadores antes do amanhecer.

Do ponto de vista da solidariedade entre as associações, ela é quase sempre muito grande e a interajuda é a palavra de ordem. Constituem excessão apenas as mulheres peixeiras, que afirmam que a solidariedade entre elas é muito pouca devido à grande concorrência inerente a este tipo de actividade (o comércio do peixe é muito rentável e o produto tem um baixo custo), por isso tendem a não querer novas “concorrentes” no mercado.

De modo geral, as mulheres afiliadas às associações analisadas estão satisfeitas com os objectivos até agora alcançados. Asseguram as despesas diárias da família e os encargos dos filhos e algumas obrigações tradicionais (cerimónias de funerais de casamentos, de nascimentos). Por exemplo, entre as mulheres tintureiras verificou-se no último ano um aumento considerável da produção e da participação em feiras sub-regionais, nas quais conseguiram gerar grandes lucros. No entanto, este tipo de actividade sofreu um abrandamento após o conflito militar de 1998-99 e neste momento está numa fase de relance, com algum sucesso. Segundo as mulheres vendedeiras de peixe e revendedeiras de peixe, os objectivos a médio prazo foram plenamente alcançados, isto é, conseguiram educar os filhos (algumas conseguiram mesmo custear os estudos dos filhos no estrangeiro) e construir residência própria. Desta, forma, afirmam estar a contribuir para a redução da pobreza das mulheres e, por isso, de todo o país). Todavia, esta associação necessita de maiores apoios financeiros a longo prazo, isto é, créditos acima dos montantes estabelecidos pelos micro-créditos. As mulheres afirmam estar bastante satisfeitas com os objectivos alcançados.

A cooperativa Bambaram conseguiu alcançar grandes objectivos desde a sua criação, tendo antes de mais contribuído para colmatar a grande fissura que existe na política comercial dos bancos, nomeadamente no sector da poupança e do crédito. Não menos importante foi a criação de um

⁴² A despesa diária de uma família de “baixos rendimentos” varia entre os 2000 e os 3000 francos CFA, equivalente a 4,57 euros. A despesa diária de uma família de “médios rendimentos” varia entre os 10.000 e os 20.000 francos CFA, isto é, entre os 15 e os 30 euros.

banco de dados relativo às associações afiliadas (com informações sobre o número de sócias, tipo de actividades, associações afiliadas, créditos concedidos).

No entanto, apesar dos grandes esforços que a cooperativa Bambaram tem vindo a fazer, um dos problemas maiores com que se depara é a questão do analfabetismo entre as mulheres. O nível geral de instrução, como referiu a sua presidente, “é ainda muito baixo, embora tenhamos procurado por em prática diversas acções de formação, entre as quais a alfabetização e a gestão de negócios”⁴³.

Considerações finais

A economia informal é hoje considerada um sector da actividade económica importante na Guiné-Bissau, sobretudo porque o Estado não consegue honrar os seus compromissos (por exemplo o pagamento de salários), sendo ele o maior empregador do país. A guerra de 1998-99 causou prejuízos incalculáveis a todos os níveis, inclusive aos comerciantes do sector formal da economia. A falta de infra-estruturas capazes de permitir os stocks de produtos e de incentivar o aumento da produtividade levou a um aumento progressivo das actividades de tipo informal.

No caso guineense, trata-se de uma actividade de capital importância para as camadas mais pobres da sociedade, em particular modo os jovens e as mulheres. Para essas categorias, o informal significa a afirmação da própria subsistência, em que os rendimentos obtidos substituem os salários dos maridos e pais de família. Quanto às mulheres, seria difícil a inserção delas na sociedade sem a “ajuda” da economia informal, porque, por um lado o sector privado encontra-se neste momento descapitalizado e, por outro, os salários que o Estado paga são demasiado baixos para suportar o custo de vida actual do país.

Se é verdade que o sector informal, segundo a opinião de alguns estudiosos⁴⁴, não contribui para a redução da pobreza por ser um fenómeno incontrolável, é porém certo que graças às actividades informais e às possibilidades de financiamentos, as mulheres guineenses têm conseguido suportar os encargos familiares (educar e formar os próprios filhos, construir casa própria e sustentar a família).

Mais de 70% das famílias guineenses vivem actualmente da economia informal e o que o caracteriza é sobretudo a não existência de registos, a mobilidade em termos de espaço físico e as mudanças no tipo de actividades praticadas em função da procura do mercado. Por isso, o seu controle por parte do Estado torna-se praticamente impossível. Por outro lado, as actividades que fazem parte deste sector geram normalmente baixos rendimentos, não criando por isso mecanismos específicos de protecção social, tal como a protecção é teoricamente concebida. Todavia, existem casos em que o informal garante alguma protecção social, como por exemplo algumas redes de solidariedade.

No caso da experiência da cooperativa Bambaram e das suas associadas, podem ser consideradas um caso de sucesso. O sentimento de auto satisfação demonstrou ser geral, e as perspectivas são de alargamento graças ao efeito de imitação induzido pelo sucesso. O modelo posto em prática pela cooperativa Bambaram tem tido um impacto benéfico sobre a economia da Guiné-Bissau, demonstrando por um lado que o sector informal minimamente organizado, gera riqueza, diminui o desemprego e induz o crescimento da economia, e por outro, que é um modelo que serve os interesses da mulher guineense, que passa assim a assumir um papel mais activo na luta contra a pobreza. Todavia, os objectivos propostos pela cooperativa não foram totalmente atingidos, devido à crescente instabilidade vivida e à falta de apoio dos serviços. É o caso do pagamento dos créditos por algumas franjas de actividades que dependem da energia e da água (as mulheres que vendem sorvetes, iogurtes, peixeiras, gelo), que honram com alguma dificuldade os seus compromissos.

⁴³ Veja-se Entrevista a Francisca Vaz Turpin.

⁴⁴ É o caso de Rui Ribeiro, sociólogo e director da *Action Aid*, uma ONG que opera na Guiné-Bissau, cuja opinião é a de que a economia informal prolifera porque o aparelho de Estado está desmantelado e não consegue arrecadar receitas. Devido a essa fragilidade, os funcionários que pertencem a esse sector adoptam o sistema da informalidade como forma de sobrevivência (veja-se entrevista a Rui Ribeiro. HANDEM, Alfredo (coordenação): *O impacto da economia informal na redução da exclusão social e da pobreza nos PALOP e sua interacção com a protecção social. O caso da Guiné-Bissau*. INEP. Bissau, Janeiro 2006, pp.69-70).

A experiência da cooperativa Bambaram afigura-se credora da maior atenção e de um estudo aprofundado, tendo como objectivo replicar e, desta feita, ampliar o modelo Bambaram a outras áreas de actividade, estendendo-o a todo o país.

Ocorre também interessar outros parceiros, para além da USAID e do Banco Regional de Solidariedade (BRS), no alargamento desta experiência, cujas vantagens para a sociedade guineense poderam ser enormes.

Apendice-1

Entrevista

Entrevistada: Francisca Vaz Turpin, presidente da Cooperativa de Poupança e Crédito (C.P.C.) “Bambaram”, instituição financeira não bancária.

Entrevista conduzida por: Patrícia Gomes

Data: 3/03/2008

P- Senhora Francisca Vaz Turpin, pode dizer-me quando e porque nasceu a ideia de criar a cooperativa de poupança e crédito Bambaram?

R- O Bambaram nasceu em Abril do 2002. Após a sua Assembleia Constituinte, foi implementado o primeiro Crédito Directo. O porquê do nascimento é justificado por a Guiné-Bissau, no universo de 174 países abrangidos pelo Relatório sobre o Desenvolvimento Humano do PNUD em 2000, ser classificado no número 168^a, com um índice de desenvolvimento de 0,343 contra a média de 0,456 para da África Subsahariana. O rendimento per capita em 2000 era 180 dólares americanos. Com uma dívida externa oficial cujo encargo é três vezes, mais pesado que o produto interno bruto, faz do país um dos mais endividados do mundo. Um grupo de cidadãs guineenses sentira a necessidade de criar uma estrutura de poupança e crédito de forma a lutar contra a pobreza feminina. Por tudo isso, contamos, através deste projecto, diminuir a pobreza através da promoção das mulheres, permitindo-lhes elevar a sua condição de vida, com progressão, rumo a um desenvolvimento durável e sustentável.

P- Porquê o nome Bambaram?

R- O nome Bambaram porque em crioulo o “bambaram” é o pano que as mulheres aconchegam os filhos nas costas e partimos do princípio que as nossas mulheres devem ser aconchegadas e apoiadas, por isso a escolha desse nome.

P- Um dos objectivos iniciais do projecto “Bambaram” foi o de abrir um escritório nas áreas do mercado do Bandim e, sucessivamente expandir-se para outras regiões do país. Esses objectivos foram alcançados?

R- O projecto do alcance do Bambaram foi iniciar as suas actividades na zona urbana em Bissau, Gabú, Bafatá Canchungo, Buba, Catió, Biombo, Bolama e Bubaque. A sede nacional encontra-se situada na Rua Eduardo Mondlane . Não, o segundo escritório não foi aberto nas áreas do mercado de Bandim por falta de meios financeiros. De momento contamos apenas com o apoio do Banco Regional de Solidariedade – BRS, no qual a cooperativa BAMBARAM é um dos accionistas. Entre os nossos objectivos, contamos poder abrir a segunda sucursal em Gabú. Antes era impossível, porque o país não dispunha de instituições bancárias.

P- Qual o nível geral de instrução das sócias da cooperativa?

R- O nível geral de instrução das sócias da cooperativa é ainda muito baixa, embora temos procurado pôr em prática diversas acções de formação que ao longo destes anos temos vindo a ministrar, entre as quais alfabetização, gestão de negócios e outras iniciativas.

P- A formação das mulheres em matéria de micro crédito foi um outro aspecto considerado pela cooperativa crucial. O que tem conseguido fazer nesse aspecto?

R- A formação a nível de micro-crédito tem sido a nossa prioridade, só que deparamo-nos com falta de meios para uma eficaz aplicabilidade do Programa.

P- Qual o peso económico das actividades consideradas “informais” na economia do país?

R- O peso económico das actividades consideradas “ informais” na economia do país é enorme. Tem sido demonstrado que as únicas características sociais e económicas da Guiné-Bissau, que incluem o mecanismo de grupo de “abota”, requerem um modelo especialmente desenhado para satisfazer estas exigências. A metodologia por nós escolhida baseou-se no contacto com numerosos especialistas de microfinanças, visitas a duas filiais do Banco Mundial das Mulheres no Ghana e Gâmbia, e uma visita a “Citi Savings e Loans” no Ghana. Os estudos foram também levados a cabo dentro da Guiné-Bissau. Seguindo estas experiências, foi escolhido um modelo baseado no mecanismo de “Grupo de Solidariedade” utilizado pelo projecto de desenvolvimento da empresa rural do Quénia (K-REP) e pelos sócios de ACCION e Grameen Bank. Esta metodologia dá ao grupo um mecanismo de garantia apoiado pela poupança do grupo. O tamanho de grupo será compreendido entre 3 a 10 mulheres e será constituído por pessoas que trabalham juntas, que confiam umas nas outras e que têm operado juntas como grupos de “Abota”, e enfim que já possuem experiência de poupança. Pensa-se, geralmente, que este modelo é o mais eficaz nas zonas rurais, apesar de estudos demonstrarem que também será tão eficaz nas zonas urbanas da Guiné-Bissau. O Sector informal tem um peso de 89% na economia Nacional.

P- No acto da sua constituição, a cooperativa contava com 158 membros fundadoras (segundo o Curriculum do Bambaram). Hoje, quantas sócias tem?

R- Hoje a Cooperativa conta com 365 membros.

P- Que tipo de actividades desenvolvem?

R- Vários tipos de actividades: desde peixeiras, costureiras, horticultoras, comerciantes nos mercados, de produtos alimentícios, transformadoras de frutas, castanhas de cajú, sal, pescadoras de camarões.

P- Com que meios financeiros funciona a cooperativa?

R- Até ao momento com muita dificuldade, com as poupanças dos seus membros.

P- O Estado apoia financeiramente a vossa instituição? Que outros tipos de apoios e/ou contribuições recebem?

R- Não, o Bambaram nunca teve apoio do Estado.

P- Actualmente a Guiné-Bissau verte numa situação económica e social difícil, condição agravada pelas consequências do conflito militar de 1998-99. Qual a sua opinião sobre o papel que as mulheres tiveram e estão a ter na economia e na sociedade guineenses?

R- Antes e após o conflito militar de 1998-99, o papel das mulheres, assim como da maioria dos actores económicos do sector informal, foi preponderante, pois elas é que asseguraram a circulação dos produtos no mercado. Passaram a ser as responsáveis pela alimentação das famílias com as suas baixas rendas, para além de assegurar a escolaridade dos próprios filhos.

P- De que forma a guerra mudou a mentalidade feminina de encarar a vida?

R- A guerra causou prejuízos a todos os níveis, mesmo aos comerciantes do sector formal da economia. Até hoje a recuperação da nossa economia é um objectivo difícil de alcançar, a dificuldade é ainda maior no sector informal da nossa economia. Devido à falta de infra-estruturas capazes de permitir os stocks de produtos, o incentivo para o aumento da produtividade e, conseqüentemente, a riqueza é nula.

P- Podemos afirmar que o fenómeno da economia informal na Guiné-Bissau é um fenómeno fundamentalmente “feminino”?

R- Sim, de facto o fenómeno da economia informal atinge sobretudo a categoria das mulheres. As actividades do sector informal na sua maioria são praticadas pelas mulheres.

P- Que balanço faz das actividades até hoje levadas a cabo pela cooperativa?

R- Os indicadores propostos na fundação do Bambaram não foram atingidos devido a crescente instabilidade vivida e à falta de apoio dos serviços. Verifica-se uma certa dificuldade no pagamento dos créditos por algumas franjas de actividades que dependem da energia e água (as mulheres que vendem sorvetes, iogurtes, peixeiras, gelo). Por isso honram com alguma dificuldade os seus compromissos.

Apendice-2:

Modelo de questionário submetido às responsáveis e às mulheres afiliadas à cooperativa Bambaram (Associação das Mulheres Peixeiras , Associação das Mulheres Revendedeiras de Peixe, Associação das Mulheres Tintureiras de Bissau, Associação das Mulheres Revendedeiras do Mercado de Clelé).

Nota: Pede-se o favor de responder marcando com uma cruz a resposta escolhida. A resposta pode ser completada com informação escrita.

Questionário

1- Quantas associadas tem a associação?

2- Qual a idade média das mulheres?

- menos de 20 anos
- Entre 20 e 30 anos
- Mais de 30 anos

3- Quanto ganham médicamente por dia?

- Menos de 10.000 francos CFA
- Mais de 10.000 francos CFA
- Mais de 20.000 francos CFA
- Mais de 50.000 francos CFA

Nota: 1 euro = 655,957 f CFA

4- São geralmente casadas?

- Sim
- Não, são geralmente separadas
- Não, são geralmente solteiras

5- Quantas horas por dia trabalham em média?

- 8 horas por dia
- de 10 a 15 horas por dia
- mais de 15 horas por dia

6- Na economia familiar, contribuem com mais ou menos dinheiro do que os homens?

- Mais
- Menos
- Igual

7- Entre as casadas, a actividade é geralmente bem vista pelo marido?

- Sim
- Não
- Depende. De quê?

8- Existe hoje muitas “chefes de família” mulher?

- Sim
- Não
- Algumas
- Poucas

9- Existe solidariedade entre as mulheres da associação?

- Muita
- Não sempre
- Pouca

10- E em relação às outras associações, existe solidariedade?

- Quase sempre
- Quase nunca
- Às vezes

11- As mulheres sentem-se satisfeitas dos objectivos alcançados até agora?

- Sim
- Pouco
- Não

Bibliografia

“Guinea Bissau”. *Africa South of the Sahara 2005 (35th edition)*. Rutledge. London, 2006, pp. 568-79

Monografias

MACQUEEN, Norrie: *A descolonização da Africa Portuguesa*. Editorial Inquérito. Mem-Martins, 1998

Artigos de revistas e colectâneas

ALVESSON, Magnus e ZEJAN, Mario, “Guiné-Bissau: o impacto do Programa de Ajustamento Estrutural sobre o bem estar dos pequenos proprietários rurais”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.11, Bissau, Janeiro 1991, pp.81-104

EMBALÓ, Filomena, “Os desafios do Programa de Ajustamento Estrutural”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.16, Bissau, Julho 1993, pp.51-72

GALLI, Rosemary e FUNK, Ursula, “O ajustamento estrutural e género na Guiné-Bissau”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. N.16-17, Bissau, 1994, pp.235-254

GOMES, Patricia: “Guinea-Bissau e isole di Capo Verde: partecipazione femminile alla lotta politica”. CARCANGIU Bianca Maria (a cura di): *Donne e potere nel continente africano*. L’Harmattan Italia (ristampa corretta 2006). Torino, 2004, pp.192-244

HANDEM, Alfredo (coordenação): *O impacto da economia informal na redução da exclusão social e da pobreza nos PALOP e sua interacção com a protecção social. O caso da Guiné-Bissau*. INEP. Bissau, Janeiro 2006

HAVIK, Philip, “Relações de género e comércio: estratégias inovadoras de mulheres na Guiné-Bissau”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.19, Bissau, Janeiro 1995, pp.23-36

LELART, M. (coordenação): *La Tontine: pratique informelle d’épargne et de crédit dans les pays en voie de développement*. AUPELEF et John Libbey Eurotext. Paris, 1990.

MOUSTIER, Paule e OLIVIER, David: *Sistèmes Maraichers Approvisionnement Bissau, enquete exploratoire*, CIRAD/Coopération Française. Paris, 1993.

PADOVANI, Fernando, “O programa de Ajustamento na Guiné-Bissau e a discussão de um modelo”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.11, Bissau, Janeiro 1991, pp.55-64

SABOURIN, Eric, “Reflexões sobre as dinâmicas associativas e comunitárias na Guiné-Bissau”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.6, Bissau, Julho 1988, pp.71-94; ATCHINGER, Gertrud, “Efeitos do Programa de Ajustamento Estrutural sobre as condições económicas e sociais das mulheres nas zonas rurais”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N. 14, Bissau, Julho 1992, pp.65-82.

TVEDTEN, Inger, “Programas de Ajustamento Estrutural e implicações locais: o caso dos pescadores artesanais na Guiné-Bissau”. *Soronda-Revista de Estudos Guineenses*. N.11, Bissau, Janeiro 1991, pp.65-80

Documentos

ABRANTES, Manuel e TOPSOE-JENSEN Bente: *Avaliação do Impacto de Algumas Actividades Realizadas pelas Mulheres*. Bula. Programa de Desenvolvimento Rural Integrado da Zona I. Gabinete de Planeamento e Avaliação da Republica da Guiné-Bissau, 1987

BULL Marianne, *Situação das Mulheres Manjacas e Mandingas: Relatório de um Pequeno Estudo de Campo Realizado do em Duas Tabancas da Guiné-Bissau*. Instituto de Antropologia Social. Secção de Estudos do Desenvolvimento Universidade de Estocolmo, 1987, 60 pp.

Comité Técnico Nacional Preparatorio para a Conferencia Mundial sobre a Mulher. *Relatorio nacional sobre a situação socioeconómica e política da mulher guineense*, Bissau. 1995

Curriculum do Bambaram

Estatuto do Bambará, 27 de Abril de 2002

LORENTZ, Tim, CAMARA, Bailo, *Iniciativa Feira de Bandim*. INEP. 1997

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Organização Internacional do Trabalho: *Documento quadro para uma política do emprego na Guiné-Bissau (vol.I-documento principal)*. http://ilo.law.cornell.edu/public/portugues/region/eurpro/lisbon/lisbon/download/gbs_emplo.pdf. Março 2002.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Rapport mondial sur le developpement humain 2005*. www.undp.org

Rapport national sur le developpement humain en Guinée-Bissau 2006. www.gw.undp.org/rndhgw.pdf

SCHIEFER, Ulrich e HAVIK, Philip: *Associações e Cooperativas na Guiné-Bissau: um Estudo Sócio-Económico e Cultural*. Estudo para o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Bissau, COPIN, 1991, 66 pp.

.Jornais

Jornal Kansaré, 22 de Fevereiro de 2006